

Festa de Padroeiros: cenários de Turismo Religioso no Estado de Goiás (Brasil)

Patrons Feasts: religious tourism scenarios in the state of Goiás (Brazil)

João Guilherme da Trindade Curado – UFG – (joaojgguilherme@gmail.com)
Maria Idelma Vieira D’Abadia –UFG - (cerradocorumba@hotmail.com)

RESUMO

Definir um padroeiro para uma localidade era uma obrigação no período colonial e imperial. Essa prática foi estendida durante a República, mesmo definida como laica. Em Goiás, ocupado com a mineração, tal preceito foi perpetuado, tendo sempre uma igreja matriz destinada ao orago de um santo patrono, que também recebe em devoção, mesmo na atualidade, festa anual promovida pelos devotos. O objetivo é destacar a importância das festas de padroeiro como patrimônio cultural e ainda como possibilidade turística em alguns municípios goianos. Os trabalhos de campo durante as festividades foram indispensáveis, assim como os estudos das políticas públicas voltadas para o turismo religioso. Os cenários serão estudados a partir de duas categorias geográficas: a paisagem, quando a investigação for pautada nos momentos festivos, e o território, quando entrar em cena a análise de políticas públicas voltadas para o turismo religioso. Serão três momentos abordados em relação a Goiás: a origem da devoção, as manifestações devocionais e as políticas públicas voltadas para o turismo religioso. Convidamos o leitor para se tornar um turista, peregrinando por entre caminhos festivos de padroeiros por Goiás afora.

Palavras-chave: Festa de Padroeiro, Turismo Religioso, Goiás

ABSTRACT

To define a patron to a location was an obligation in the colonial and imperial period. This practice was extended during the Republic time as well, even though the Republic was defined as laical. In Goiás, which was occupied with mining, this practice was perpetuated; always with a matrix church intended for patron saint. This patron saint also receives, in devotion, nowadays, annual feasts promoted by devotees. The purpose is to highlight the importance of patron feasts as cultural heritage and also as a touristic possibility in some counties of Goiás. The field works during the festivities were indispensable, such were the public policies study focused on religious

tourism. The scenarios will be studied on two geographic categories: the landscape, when the approach is guided on the festive moments and the territory, when the policy analysis focused on religious tourism comes in. It will be three moments approached about Goiás: the origin of devotion, the devotional manifestations and public policies focused on religious tourism. We invite the reader to become a tourist, to wander through patron festive paths throughout Goiás.

Keywords: Patron Feasts, Religious Tourism, Goiás

INTRODUÇÃO

A ocupação oficial de Goiás, no primeiro quartel do século XVIII, ocorreu pela peregrinação de bandeiras, autorizadas pela Coroa Portuguesa, e que eram compostas basicamente por bandeirantes, escravos, índios e quase sempre por um religioso, que no contexto do padroado, tinha inúmeras funções, além das celebrações religiosas.

Destarte, os desbravadores foram chegando e ocupando margens de rios como o Vermelho, das Almas, Jaraguá, Corumbá, Traíras, Piracanjuba e Fartura, dentre outros cursos d'água dos quais afloravam o ouro de aluvião. Seguindo as orientações, logo ao se estabelecerem nas minas auríferas havia o compromisso de erigir uma igreja ao santo padroeiro, definido pelo extenso calendário católico colonial, conforme demonstrou Tinhorão ao estudar as festas no Brasil naquele período (2000).

O fato da chegada da Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, nas imediações situadas entre a Serra Dourada e o Rio Vermelho, no final de julho de 1722, designou a toponímia local como "Arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado Vila Boa, e mais tarde, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território" (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 23). A homenagem a Sant'Anna se estende a toda a Capitania de Goiás, permanecendo como a padroeira do estado e recebendo tributos a cada ano.

A presente investigação se caracteriza como um dos desdobramentos da pesquisa intitulada "Configurações dos Cenários do Turismo Religioso em

Goiás: Festa de Padroeiros”, desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Goiás (Fapeg), contemplada pela Chamada Pública 05/08, quando doze foram os municípios estudados, a saber: Abadiânia (Posse), Corumbá de Goiás, Goiás, Hidrolândia, Inhumas, Jaraguá, Mara Rosa, Mossâmedes, Niquelândia (Muquém), Pirenópolis, Silvânia e Uruaçu.

Propomos aqui um recorte que abarque apenas os municípios mencionados acima que foram contemplados por políticas públicas, da Agência Estadual de Turismo de Goiás, que vem desenvolvendo ao longo de mais de uma década o Projeto Regiões, sendo que em uma publicação institucional aponta que “são nove as regiões que dividem Goiás numa verdadeira rota de descobrimentos, aventuras, descanso e muita diversão”. De modo geral, os doze municípios serão mencionados, mas os que compõem a “Região do Ouro” terão o foco investigativo delimitando o território das paisagens festivas em análise.

Retornaremos aos momentos de ocupação e da designação de um padroeiro para cada um dos territórios que constituíram o que hoje conhecemos como municípios goianos, para posteriormente desenvolver reflexões sobre as políticas públicas voltadas para o turismo nas localidades da Região do Ouro, o que nem sempre beneficiará o padroeiro.

ORIGENS DE DEVOÇÕES

Desde a chegada dos portugueses ao que posteriormente foi denominado como Brasil, havia grande preocupação em implantar o catolicismo como um dos mecanismos de colonização; daí a primeira denominação ser Monte Pascoal, indicando que o avistamento da nova terra ocorreu nas proximidades de uma das mais importantes datas do cristianismo.

A partir deste contexto de apropriação, assim como os momentos posteriores de ocupação das minas auríferas em Goiás (século XVIII), a religião buscava constituir sua territorialidade por meio da imposição material e imaterial do cristianismo, ou seja, tanto da ereção de igrejas cujos



oragos eram destinados aos padroeiros, que acabavam se tornando santos da devoção local e para os quais eram celebradas festividades. Rosendahl (2012a), ao estudar as territorialidades da Igreja, nos alerta para o fato de que “torna-se importante interpretar o fenômeno religioso nesse contexto, analisar a poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas em territórios nos quais a religião se estrutura como instituição” (p. 49).

Em Goiás a organização inicial da Igreja Católica foi analisada, dentre outros, por Castro (2006), que aborda a criação estratégica das paróquias, assim como a importância das irmandades, muitas delas responsáveis pelas festas paroquiais, inclusive as de padroeiros. Relata ainda a dificuldade de se estabelecer o corpo clerical em Goiás, o que acabou propiciando um forte catolicismo popular.

Estas manifestações populares se mesclavam às festas conduzidas pela Igreja, o que as tornavam mais frequentadas, ampliando, inclusive, a empatia do goiano com alguns dos santos homenageados, padroeiros ou não. É interessante ressaltar que o homenageado era, e ainda é, quase sempre acompanhado por outros integrantes do panteão católico e atraía pessoas de outras localidades para as festas, um misto de devoção e sociabilidade.

O estabelecimento de um padroeiro garantia, inicialmente, o direcionamento devocional e, também, as atividades dos religiosos, pois propiciava uma agenda comemorativa em que os representantes se deslocavam Goiás adentro para ministrarem os sacramentos festivos. Era um momento de contato com os padres para confissões, casamentos e batizados, uma verdadeira comunhão do fiel com a Igreja. Por isso as manifestações não se restringiam ao interior das igrejas e capelas, saindo para o adro e principalmente pelas ruas das localidades em procissão, visando ampliar, assegurar e perpetuar a religiosidade entre os goianos.

Nas três primeiras décadas da mineração eram pouco mais de uma dezena os núcleos em Goiás (PALACÍN, 1994), cada um deles tendo um

padroeiro por devoção ou reverenciado na própria toponímia. Atualmente o Estado conta com 246 municípios e grande parte deles com padroeiros que remontam às devoções aqui implantadas a partir do século XVIII.

AS MANIFESTAÇÕES DEVOCIONAIS

As heranças da ideologia medieval cristã são em grande parte transplantada via Atlântico e adentraram e se adaptaram às colônias ibéricas na América. Em Goiás não foi diferente, a necessidade de se devotar era intensa e no período da mineração tal prática era promovida pelo fácil acesso às Igrejas Matrizes ou às suas capelas — sempre tendo um padroeiro por orago —, mas a dificuldade se intensificou a partir da escassez de ouro, quando a população migrou para área rural, no intuito de sobrevivência por meio das atividades agropastoris.

Neste novo contexto, pelo menos três são as observações que merecem reflexões. Distante da Igreja Matriz começam a aparecer nas fazendas capelas destinadas à devoção do proprietário, geralmente junto à Casa Grande. Assim, a devoção aos padroeiros institucionalizados pela Igreja passa a ter por concorrente, o santo devocional familiar, atraindo para as fazendas os vizinhos e amigos durante as festas despedidas nas capelas rurais particulares, quando era infrequente a aparição do clero.

Outra característica é o fluxo da área rural para os arraiais aos domingos, como percebido por Saint-Hilaire, viajante francês que percorreu Goiás em 1819. Disse ele que o preceito da missa dominical era bastante observado em Meia Ponte (SAINT-HILAIRE, 1975). No entanto, há de se notar que a missa das nove horas, muito mais que um ato devocional propiciava a pouca possibilidade de sociabilidade aos goianos. Não era o Evangelho, a pregação ou a comunhão o momento mais esperado e sim o instante posterior às bênçãos finais, quando os encontros com amigos, parentes e pretendentes tornava o isolamento imposto pela ruralização algo distante.

Por fim, é perceptível a constituição de uma cultura baseada na religiosidade, o que possibilita compreensão sobre a manutenção de



práticas sociais perpetuadas por gerações. A continuidade de manifestações culturais vinculadas à religiosidade devocional, ocorre, em especial, devido a relevância e ainda ao sentimento de pertença que geram nas comunidades em que acontecem; tornando, assim, tais movimento um patrimônio cultural referencial para os habitantes da localidade em que são realizados.

Com a transformação dos arraiais em cidades e com o passar do tempo as manifestações da religiosidade percorreram também rearranjos no que se refere aos significados. Algumas festas permaneceram, outras diminuíram em importância, assim como outras emergiram para significância mais profunda em determinados períodos. O que permanece constante é a necessidade de prestar homenagens festivas a um ser devocional.

Esta externalização de sentimentos da religiosidade é também espacial, pois há de se considerar que:

o sagrado irrompe em determinados espaços, qualificando-os em uma dimensão religiosa, além das dimensões econômica, política e social que apresentam. A religião imprime uma ordem ao espaço. Para os crentes, essa ordem é marcada por momentos de transcendência que a cada tempo sagrado os diferencia (ROSENDAHL, 2012b, p. 73).

A evidência ocorre durante as festividades, quando a igreja passa a ser apenas um dos espaços importantes voltados para a celebração, enquanto a grande visibilidade ocorre por ocasião em que a festa ocorre na ocupação das ruas, uma nítida tentativa de extensão dos domínios religiosos sobre as áreas públicas, que voltadas à circulação permanecem efemeramente restritas à continuidade das manifestações devocionais, alterando de tal modo a dinâmica cotidiana das cidades, criando paisagens festivas, mesmo que provisórias.

O festejar na rua possui um sentido profundo, pois como apontou Dardel (2011), as vias públicas se constituem “como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão; elemento constitutivo e permanente” (p. 28). Por isso um cenário em incessante

construção, tanto das paisagens festivas quanto dos cenários voltados para o turismo religioso.

Para as festas de padroeiros o cenário urbano é transmutado temporariamente para atender as demandas devocionais que se diversificam ao longo dos anos. Geralmente as vias públicas que circundam a matriz, passam a ser palco para as procissões, para as quais as janelas das casas são enfeitadas com forros, vaso de flores e velas. Outra providência é a retirada de carros do trajeto, corroborando para manter a paisagem mais limpa, sem muitas interferências.

Nos largos das matrizes, hoje praças centrais, os ornamentos podem ser bandeirolas ou outros enfeites. É naquele espaço que ficam as barracas de quermesses que visam arrecadar fundos, as fogueiras acesas depois do último dia de novena ou de tríduo. Tudo com a aquiescência da Igreja, da comunidade e do poder público local que visa prover as necessidades em benefício de uma boa festa que atraia cada vez mais pessoas.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TURISMO RELIGIOSO

As festas religiosas em Goiás são bastante marcantes para a comunidade goiana, que por meio de ligações ancestrais, fazem de tais manifestações parte do patrimônio cultural não apenas pessoal, mas familiar e da sociedade em geral. Por isso as festas acabam por aglomerar um número significativo de pessoas de diversas localidades, tendo a devoção como aspecto primordial de interação.

Pensando assim, os cenários festivos têm suas paisagens bastante alteradas, mesmo que efemeramente, pois é preciso indicar materialmente a devoção. Por isso as igrejas ou capelas são ornamentadas, do mesmo modo como o entorno próximo que abrange a dimensão festiva.

A preparação também envolve o individual e o familiar, como a organização da casa para receber amigos e parentes residentes em outras localidades. Roupas novas são confeccionadas para compor um visual festivo. Comidas especiais são elaboradas para a alimentação do grupo



próximo durante os momentos festivos. O trabalho é planejado para que se tenha um pouco mais de tempo livre, inclusive férias são programadas para estes instantes. Enfim, há uma preparação anterior, visando deixar as pessoas disponíveis para os momentos das festas.

No entanto, há de se considerar que, no contexto atual, a rua, enquanto espaço público e de fluxos diversos, passa também por alterações de seus cenários, sendo a territorialidade alterada pelo poder público que, em parceria com a instituição religiosa, visa promover conforto para os partícipes. Em Goiás grande parte destas iniciativas foi designada, por razões diversas, ao governo do estado. São as políticas estaduais voltadas para o desenvolvimento do Turismo, em especial o religioso, que visamos abordar.

Para melhor compreensão dos programas destinados ao turismo em Goiás há de se considerar a metodologia aplicada pela agência governamental, a Goiás Turismo, que dividiu o território goiano em dez regiões, dedicando-lhes políticas específicas no intuito de dinamizar o desenvolvimento de atividades e de potencialidades turísticas características de cada uma delas.

O programa de regionalização abarca todos os 246 municípios goianos, mesmo que muitos deles não tenham vocação ou interação com a designação regionalista proposta. Mas explica o documento, visando justificar a total integração de Goiás às atividades turísticas, que benefícios ocorrem e incidirão em função das proximidades com os municípios indutores, pelo beneficiamento de melhores rodovias, melhorias nos sistemas de distribuição de saneamento básico, energia e telefonia; assim como maior contato dos passantes, propiciando possíveis desenvolvimentos de comércios locais e também prestações de serviços.

A proposta contida na figura 1, apresenta divisão feita por cores que distinguem cada uma das regiões; cores que são usadas nas abas dos 51 destinos indutores, que podem apresentar mais de um atrativo, ampliando igualmente, as várias possibilidades de visitação.

Figura 1: Mapa turístico de Goiás



Fonte: www.goiasturismo.go.gov.br

A partir da delimitação territorial representada pelo mapa, é possível visualizar que há a tentativa, pelo menos documental, da inclusão de todos os 246 municípios no programa destinado ao turismo em Goiás, o que não é verdade, uma vez que a política estadual contempla, diretamente, apenas



51 destinos indutores espalhados pelas dez regiões delimitadas, como apresenta a propaganda institucional goiana.

Estudar as políticas públicas do Turismo em Goiás foi bastante complexo, uma vez que o material institucional não possui padronização, ou mesmo uma versão atualizada. São várias as denominações atribuídas às demarcações contidas no material: Polo, Caminho e Região. Outro complicador foi a delimitação das Regiões, em quantidade, que variaram entre sete e dez.

Ainda há confusão de quais municípios compõem cada uma das Regiões — como a do Ouro — que outrora abrangeu os municípios atualmente alocados na Região dos Engenhos. Já Mossâmedes foi transferida da Região Agroecológica para a do Ouro. Diante das inúmeras divergências documentais, a opção considerada foi o que consta atualmente no site oficial da Goiás turismo e não no material institucional impresso.

A determinação das regiões turísticas goianas pode ser compreendida mais eficazmente a partir da concepção de território, recorrendo a Haesbaert (2004, p. 1), para quem este conceito “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Esta percepção cultural ou “simbólica” estaria ligada ao subjetivo, que no caso remetesse ao passado que delinearam, no transcorrer do tempo, algumas práticas valorizadas pelas pessoas que ali habitam em interação com o ambiente que os circundam.

Considerando o território no âmbito mais “simbólico, de apropriação” facilita a compreensão da delimitação imposta pelo programa governamental de turismo goiano, que teve por suporte a história de constituição que vincula os municípios, pelo menos os mais antigos, que se

conectam no intuito de justificarem cada uma das dez regiões apresentadas.

O recorte proposto para a presente investigação se pauta na Região do Ouro que é composta, basicamente, pelo núcleo de ocupação oficial de Goiás remetendo-nos as décadas iniciais do século XVIII, quando possuíram bastante representatividade no contexto político e econômico em séculos pretéritos, mas que atualmente possuem significativa relevância devido aos aspectos culturais do patrimônio material, imaterial e natural goiano — aqui compreendido a partir dos entendimentos populares goianos e não das concepções institucionais — manifestos especialmente por práticas devocionais festivas.

Na composição da Região do Ouro, segundo a Goiás Turismo, se destacam nove municípios: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Goiás, Jaraguá, Mossâmedes, Pirenópolis e Vila Propício. No entanto, no projeto “Configurações dos Cenários do Turismo Religioso em Goiás: Festa de Padroeiros”, do qual este texto deriva, não contempla estudos sobre os municípios de Alexânia e Cocalzinho de Goiás que possuem o mesmo santo padroeiro: Santo Antônio cujas festas ocorrem em julho. Também ausente será o estudo sobre o mais recente município da Região: Vila Propício em que Santo Antônio de Pádua, o patrono, é festejado em junho.

O quadro 1, decorrente do projeto supracitado, foi elaborado no intuito de colaborar com a compreensão a cerca da devoção patronal e ainda das políticas públicas propostas pela Goiás Turismo voltadas para as atividades turísticas, com destaque para os seis dos municípios constituintes da Região do Ouro.

Quadro 1 — Santos padroeiros em municípios indutores do turismo em Goiás e suas festas

Município	Ocupação	Padroeiro	Festa padroeiro	Região/Caminho
Abadiânia ¹	1874	N. S. D'Abadia	Agosto	Ouro
Corumbá de Goiás	1734	N. S. da Penha	Setembro	Ouro
Goiás	1725	Santana	Julho	Ouro
Hidrolândia	1895	Santo Antônio	Junho	Negócios
Inhumas*	1858	Santana	Julho	Negócios
Jaraguá	1748	N. S. da Penha	Setembro	Ouro
Mara Rosa*	1953	Santo Antônio	Junho	Vale da Serra da Mesa
Mossâmedes	1755	São José	Agosto	Ouro
Niquelândia ²	1735	N. S. D'Abadia	Agosto	Vale da Serra da Mesa
Pirenópolis	1727	N. S. Rosário	Outubro	Ouro
Silvânia	1774	N. S. Bonfim	Setembro	Engenhos
Uruaçu	1931	Santana	Julho	Vale da Serra da Mesa

* Municípios não contemplados como indutores de Turismo em Goiás, mas que são vizinhos de outros que compõem uma Região.

¹ Posse

² Muquém

Fontes: Consulta junto às paróquias organizada por D'Abadia (2014); Polonial (2013) e www.goiasturismo.go.gov.br

A princípio a territorialidade da Região do Ouro pode ser compreendida a partir do município de Pirenópolis, limítrofe com os demais compositores da delimitação proposta pela Goiás Turismo, exceto o município de Goiás, antiga capital do estado. Outros dois pontos convergentes referem-se às questões temporais: a ocorrência no segundo semestre, na transposição da seca para as águas no Cerrado e o período da fundação dos municípios — séculos XVIII e XIX — o que deixa entrever características devocionais bastante semelhantes, mesmo que para padroeiros diferentes. Aliás, as padroeiras faziam parte do antigo grupo de devoções do período colonial.

Do grupo em estudo, as padroeiras de Pirenópolis e de Jaraguá, respectivamente Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Penha perderam espaço em função da festa do Divino Espírito Santo, que passou a ser a Festa maior, para utilizar uma conceituação de Brandão (1978). Uma

das explicações é que as duas padroeiras remetiam ao período da mineração e as manifestações ao Divino Espírito Santo se destacam em relação ao calendário agrícola, pela proximidade entre o período de colheita com Pentecostes. Destarte, concordamos com D'Abadia (2014), para quem

as festas traduzem-se como práticas da cultura dos grupos, desse ponto de vista, são a própria reprodução. Essa visão ôntica para a festa de padroeiro é apresentada quando se valoriza o entendimento daquilo que pertence ao ser que participa da festa, que a vivencia, a organiza e a mantém (p. 23).

Agradecer a colheita, que materializa a subsistência passou a ser mais importante que a padroeira nas duas cidades mencionadas. Não que elas tenham sido relegadas, pois recebem ainda hoje tríduo ou novena, missas festivas, quermesses, procissões e outras manifestações, só que mais restritas e voltadas para as comunidades que as habitam ou as habitaram, tendo pouca repercussão fora dos limites municipais e, portanto, fora das políticas públicas estaduais de turismo.

Na cidade de Goiás a ocorrência da festa de Santana possuiu uma conotação mais política que religiosa, pois é quando advém, anualmente, a transferência simbólica da capital do estado para a antiga Vila Boa de Goiás, o que exige todo um cerimonial protocolar e a consequente exposição midiática do cenário patrimonial vilaboense, em detrimento a Santana, mesmo sendo o seu dia feriado estadual. Por outro lado, o grande fluxo de turistas procura a única cidade goiana patrimônio da humanidade, durante as celebrações da Semana Santa, em especial em decorrência da Procissão do Fogaréu, maior geradora de mídia espontânea para a cidade e um dos maiores atrativos turísticos goiano (BRITTO, 2008).

Duas cidades da Região do Ouro possuem como maior atrativo turístico religioso as festas de padroeiro, sendo elas a Festa a Nossa Senhora d'Abadia, que acontece em Abadiânia (Posse), e a de Nossa Senhora da Penha, que acontece em Corumbá de Goiás. Elas atraem um grande

público e agregam devoção com diversão durante o período de quase uma semana. Em Posse da Abadia (o antigo núcleo administrativo de Abadiânia), também conhecida como Abadiânia Velha, há novena e o ápice da festa acontece com a chegada de carros de boi advindos de várias fazendas próximas e de municípios vizinhos. Em Corumbá a festa a Nossa Senhora da Penha finaliza com as Cavalhadas, que lá foram transferidas da data de Pentecostes para setembro, com o intuito de prestar homenagem à padroeira corumbaense.

Os padroeiros homenageados festivamente nos seis municípios em estudo demonstram a ligação que as comunidades locais têm para com os santos, que constituem aspectos importantes do patrimônio cultural local, sendo que, em algumas delas, mais especificamente em Abadiânia e Corumbá de Goiás, existem políticas públicas municipais e estaduais para atrair turistas para os momentos festivos.

É possível pensar em um calendário das festas de padroeiros para as cidades em estudo, que se inicia em julho, com Santana, padroeira não só da antiga Vila Boa de Goiás, mas também padroeira maior, por ser a patrona de todo o território goiano. Continua em agosto, em Abadiânia (Posse da Abadia), para o qual se dirige um significativo fluxo de pessoas, em especial de áreas próximas e para São José, em Mossâmedes, o único padroeiro dentre as padroeiras aqui em estudo. O mês de setembro abriga festas como as que ocorrem em Jaraguá e em Corumbá de Goiás. Sendo que, no primeiro município, a festa patronal nem é mencionada no site oficial (jaraguago.com.br/turismo), enquanto que, para a de Corumbá, há uma divulgação que extrapola o estado de Goiás, o que acaba por incrementar a demanda turística local durante as comemorações. As celebrações a Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis, fecham o calendário aqui proposto com uma festa que quase adormeceu e que vem se revitalizando a cada ano.

Seguindo o calendário já mencionado percebeu-se o envolvimento e a importância das manifestações para seus partícipes, independente da quantidade de pessoas externas à comunidade local. Este diferencial quanto ao fluxo, incide sobre outra proposta investigativa: os impactos sobre o patrimônio cultural no período das festas.

Destarte, os municípios mais impactados com as festas de padroeiros foram aqueles que apresentam o maior público, Abadiânia (Posse) e Corumbá de Goiás. No entanto, os demais contam com os mesmos problemas, só que em escalas menores: interrupção das vias públicas para tráfego cotidiano, mesmo que momentaneamente, sem uma proposta alternativa previamente estudada e divulgada junto aos moradores e visitantes em potencial. Aumento da produção de detritos, nem sempre destinados a recipientes próprios (muitas vezes ausentes nos espaços festivos). A poluição sonora é uma constante quando a festa é maior e acaba por atrair comerciantes temporários, o que também desagrada, em parte, os comerciantes locais e ainda há de se mencionar as questões de infraestrutura, que foram levantados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável — Polo do Ouro (GOIÁS TURISMO, 2012), a saber:

a má conservação de estradas estaduais e federais, com aumento já projetado de fluxo em médio prazo; sinalização rodoviária e turística adequada; sistema de coleta e tratamento de esgoto ainda em ampliação, queda ocasional de energia elétrica (em períodos de maior fluxo); e inadequação das estruturas de saúde para períodos de variações abruptas de temperaturas (chuvas) (p. 153).

A elaboração do Plano em tela está ligada ao contexto de “definir objetivos, estratégias e ações, que serão implementadas pela Administração Pública para alavancar o desenvolvimento do turismo nos municípios que fazem parte dos polos definidos como áreas prioritárias para a atividade turística” (GOIÁS TURISMO, 2012, p. 12). Sendo que dentre estas áreas

o Governo do Estado de Goiás definiu o Polo do Ouro como uma das cinco áreas prioritárias para a estruturação da atividade turística. No caso do Polo do Ouro, o Estado de Goiás selecionou os seis



municípios com maior potencial turístico que pertencem ao chamado “Caminho do Ouro” (GOIÁS TURISMO, 2012, p. 12).

Os estudos do Plano apontam várias ações que compõem estratégias para o fortalecimento do turismo no território em estudo, dentre eles a necessidade da realização de inventários culturais nos quais poderiam inserir as festas de padroeiros como atrativos.

Ainda segundo o documento “o segmento de Turismo Cultural é o mais importante e consolidado do Polo” (GOIÁS TURISMO, 2012, p. 233), representando 21% na hierarquização dos segmentos turísticos. No entanto, a descrição da situação atual, situação desejada e prioridades de investimentos estão todas voltadas para o patrimônio material, não focando a imaterialidade, que constitui importantes aspectos da cultura local.

No Plano a expressão “Turismo Religioso” é mencionada apenas quatro vezes, sempre caracterizada como uma das fortalezas: “o Polo do Ouro conserva um patrimônio histórico e cultural de imenso valor unindo o turismo histórico, o turismo religioso e o ecoturismo” (GOIÁS TURISMO, 2012, p. 38). Adiante, na listagem de pontos fortes, a expressão aparece outra vez (p. 247), assim como na Análise SWOT proposta, em que as atividades do Turismo Religioso são indicadas como um dos pontos fortes do ambiente interno (p. 310-1). A Análise SWOT é um instrumento clássico da administração que visa “analisar os pontos fortes e fracos, e as oportunidades e ameaças de um negócio” (SEBRAE). Entretanto, há indicativo, no documento, da pouca preocupação de todos os setores da sociedade — inclusive o setor público, na continuidade das políticas públicas, aqui com foco para o Turismo Religioso, em decorrência das trocas de gestão (SEBRAE, p. 250).

Se no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) — Polo do Ouro, o Turismo Religioso é pouco mencionado, no site da Goiás Turismo, na aba destinos, é uma das oito categorias, a saber: Águas

Quentes, Aventura, Cultura, Ecoturismo, Náutico, Negócios e Eventos, Pesca e Religioso.

Segundo o site Goiás Turismo, o Turismo Religioso possui uma página com sete destinos — Caldas Novas, Abadiânia, Alto Paraíso, Goiás, Niquelândia, Pirenópolis e Trindade — contando um breve descritivo de cada um dos destinos, contendo ainda galeria de fotos, localização em Goiás, clima, atividades, principais atrativos, principais eventos e informações em geral; assim como a indicação da região turística goiana a que pertence o município em tela.

A política pública estadual de destacar outras potencialidades dentro das delimitadas regiões tem por objetivo propiciar maior conhecimento sobre os destinos goianos, mas as informações se mostram insuficientes, pois pouca atenção é dispensada para os aspectos religiosos propriamente ditos. O interessante é que dentro do universo dos sete municípios em que o Turismo Religioso é mencionado quatro deles são manifestações do catolicismo: Goiás e Pirenópolis (Região do Ouro), Niquelândia (Região Vale da Serra da Mesa) e Trindade (Região dos Negócios e Tradições). Nos outros três municípios, o Turismo Religioso tem as seguintes diretrizes: Caldas Novas (Região das Águas), a contemplação, meditação e reflexão; Alto Paraíso (Região da Chapada dos Veadeiros), o misticismo e a espiritualidade. Em Abadiânia, também situada na Região do Ouro, o tratamento espiritual, pela mediunidade, predomina na sede administrativa, enquanto no distrito de Posse há uma importante romaria em homenagem a Nossa Senhora da Abadia.

Apenas o destino Trindade, considerado nas propagandas governamentais como a “capital da fé dos goianos”, foi descrito como um território de romaria cujo ápice de fluxo devocional ocorre em julho. Outra grande romaria que agrega milhares de pessoas a cada agosto acontece em Muquém, município de Niquelândia (D'ABADIA, 2014), mas não recebeu a mesma atenção institucional.



TURISMO RELIGIOSO EM GOIÁS

Uma das tentativas institucionais de implantação do Turismo Religioso em Goiás foi relatada por um advogado paulista que estava viajando pela região a trabalho e que, por ser pastor presbiteriano, achou interessante fazer anotações sobre o que ouviu durante o início dos trabalhos legislativos em fevereiro de 1919, na cidade de Goiás, então capital do estado.

Durante a sessão, estava com a palavra o representante de São João da Aliança (norte do Estado); discursava que a vila e o seu município estavam em completa decadência, todos os meios empregados para o seu avivamento se provaram inúteis. Depois de muito estudar, descobriram o meio único e infalível, do seu ressurgimento: dependia da aprovação de um decreto por ele elaborado.

- O que reza esse decreto? – interrogou o senador Meireles, de Santa Luzia.

- O decreto autoriza o governo do Estado a fornecer um Senhor dos Passos, em tamanho natural, para ser entronizado na Vila de São João da Aliança.

- Não está certo – retruca o senador. – Não é da alçada do governo fornecer santo, mas do bispo. E, caso fosse aprovado, criaria um precedente que levaria as duzentas vilas do Estado a requerer do governo padroeiros para os seus municípios.

Entraram em discussão, com prós e contras, sem chegar a um resultado final. No sertão não há feiras nem mercados, mas aqui e ali há um santo milagroso, em cuja festa novenária surgem os leilões, a jogatina, o comércio, foguetes e roqueiras que empolgam o povo. É o que denominam a romaria (MAGALHÃES, 2004, p. 55).

Os debates travados entre representante de São João da Aliança, município integrante da Região da Chapada dos Veadeiros, com o senador de Santa Luzia, atual Luziânia, que compõe a Região dos Lagos e Cristais, não apresentaram desfecho na carta redigida por Magalhães, mas indicam a possibilidade de aproveitamento dos aspectos da religiosidade para incrementar as atividades locais na tentativa de estimular a circulação de pessoas por Goiás.

As festas religiosas goianas eram, e ainda são, atrativos para os intensos deslocamentos populacionais pelo estado. Se no passado o retorno dos parentes e as visitas de amigos contribuía para aumentar o número de

pessoas nas grandes casas coloniais, na atualidade a recepção ocorre em meios de hospedagem, caracterizando assim o Turismo Religioso.

São diversas as definições conceituais de Turismo Religioso; aqui serão apresentadas algumas acepções que influenciam, direta ou indiretamente, as políticas públicas goianas:

o turismo religioso é um segmento do mercado turístico e envolve negócios, empreendimentos e lucros, gera empregos e renda, cria opções de lazer, lança cidades como rotas turísticas e impulsiona uma expectativa de melhora da qualidade de vida da própria localidade e sua população, quando bem trabalhada (PINTO, s/d, p. 2).

Vale ressaltar a questão do empreendedorismo no que se refere ao envolvimento na preparação do local, enquanto destino turístico, mas há outras vertentes que afirmam que:

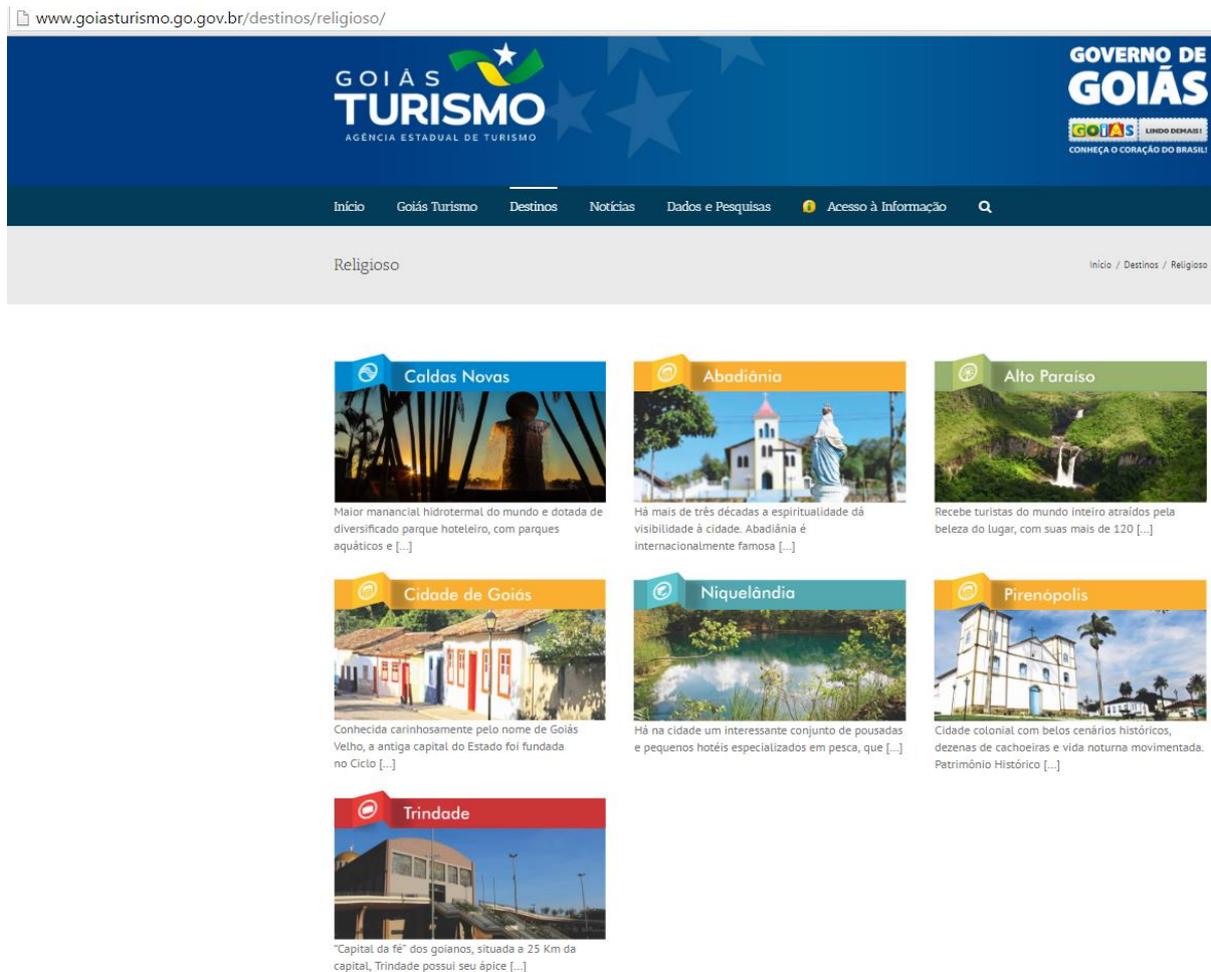
o turismo religioso apresenta características que coincidem com o turismo cultural, devido à visita que ocorre em entorno considerado como patrimônio cultural, os eventos religiosos constituem-se em expressões culturais de determinados grupos sociais ou expressam uma realidade histórico-cultural expressiva e representativa de determinada região (DIAS, 2003, p. 17).

Os aspectos culturais goianos auxiliaram pontualmente nos trabalhos de definição dos destinos do Turismo Religioso no estado, pois houve um aproveitamento das manifestações materiais, imateriais e naturais, voltadas para os aspectos das religiosidades com potencialidades de atrair turistas. Tal observação encontra concordância com Almeida (2012), que afirma que “para e pelo turismo, muitos lugares foram inventados como turísticos: centros de peregrinações, festas e tradições folclóricas, festivais gastronômicos, monumentos artísticos e simbólicos, lugares de romarias e de celebrações transformaram-se em atrativos turísticos” (p. 162).

A “transformação” em atrativo turístico é também fruto das políticas públicas governamentais. No entanto, vale ressaltar que outros embates ocorrem, uma vez que, conforme observa Silveira (2007), o termo turismo religioso “torna-se uma arena, um local onde se realiza a circulação e a negociação entre vários contextos de interlocução: a Igreja Católica, os

pastores evangélicos, os governos, as comunidades locais, os peregrinos e os turistas” (p.48-49), pois são estes os atores que circulam pelos territórios delimitados pelo e para o Turismo Religioso a apreciar as paisagens dos destinos em questão, apresentados na figura 2.

Figura 2: Destinos indutores de Turismo Religioso segundo Goiás Turismo



Fonte: www.goiasturismo.go.gov.br/destinos/religioso/

Independente de políticas públicas, os deslocamentos pautados no Turismo Religioso acontecem, uma vez que “a motivação religiosa é muito forte e o visitante se desloca de qualquer modo” (DIAS, 2003, p. 34), cabendo, continua o autor, “o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços que faça com que sua estada seja agradável”. Em caso de falta de equipamentos voltados para as atividades turísticas ou mesmo de um

contingente inesperado de pessoas que possa gerar problemas, considera-se que “os recursos naturais, assim como os construídos pelo homem, têm um limite para absorver visitantes. Este limite, quando é ultrapassado, provoca a deterioração e, portanto, a descaracterização do local” (OLIVEIRA, 2003, p. 23-4).

A “descaracterização do local” de que nos fala Oliveira (op. cit.) pode ser percebida em Goiás durante algumas manifestações, inclusive nas de cunho religioso, como a romaria a Trindade: o percurso Goiânia-Trindade, mesmo com a estrutura melhorada a cada ano, deixa a desejar, devido ao excesso de romeiros que transitam pela Rodovia da Fé. Existem, no entanto, inúmeras discussões recentes sobre a ligação Cultura e Turismo (BARRETTO, 2007), que merecem ser revisitadas e ampliadas, inclusive com maior intensidade quando se trata de Turismo Religioso, em que vários problemas são minimizados em função de um discurso alicerçado nas dificuldades que servem, também, para maximizar a fé. O que pode ser asseverado pelo fato de que “o Turismo Religioso, segundo suas características, tem configurado o incentivo e a motivação ao cumprimento de um ato, um ritual de fé ou de sacrifício a destinos ou espaços notadamente religiosos” (AOUN, 2005, p. 314).

Os padroeiros dos municípios em estudo têm suas igrejas em conjuntos arquitetônicos e urbanísticos que remetem a séculos de devoção, ou seja, estabeleceram com as gerações precedentes relações de territorialidades, retomando o conceito de Haesbaert (2004), tão apropriado para as investigações a propósito do Turismo Religioso. Contudo, vale advertir que no contexto atual, mesmo diante dos padroeiros, outras devoções vão se estabelecendo e demarcando novas territorialidades, também para o Turismo Religioso.

Em termos históricos, Oliveira propõe “avançar na diferenciação de dois tipos de turismo religioso: o tradicional (de vinculação católica) e o moderno (expressão contemporânea da diversificação de credos religiosos)” (2005, p.



333). Pois como relembra Moletta (2003, p. 21): “quase todas as religiões possuem lugares e cidades santas, cenários de aparições ou de cultos, surgindo, assim, templos, oráculos, centros religiosos, locais sagrados, igrejas e mesquitas”, portanto, continua a autora “nada mais natural que exista a necessidade das pessoas que fazem parte dessa ou daquela religião ou culto quererem conhecer esses locais, dignos de respeito e adoração por parte delas” (MOLETTA, 2003, p. 21).

Tal distinção foi observada em relação à Abadiânia. Posse da Abadia foi núcleo inicial da devoção a Nossa Senhora da Abadia e a sede da administração municipal, mas na década de 1960, devido a inúmeros fatores houve a desterritorialização administrativa que se territorializou na então cidade em fundação — Abadiânia, cujo atrativo religioso atual é a Casa Dom Inácio, coordenada pelo médium João de Deus.

Por conseguinte, há assentimento de que “as questões em torno do chamado ‘turismo religioso’ envolvem tanto as práticas religiosas quanto as turísticas e podem iluminar a compreensão do fenômeno religioso como expressão da cultura e da sociabilidade de diferentes segmentos sociais” (ABUMANSUR, 2003, p. 65). Em Goiás esta possibilidade mantém festas e fé em um arranjo que vai se adaptando aos contextos diversos, nem sempre percebidos e contemplados pelas políticas públicas ou pela Igreja, já que atualmente “essas manifestações de religiosidade popular apontam um trânsito contínuo e intenso entre o institucional e o desclericalizado” (JURKEVICS, 2005, p. 73).

Os afastamentos da Igreja ou até mesmo das políticas públicas por parte das comunidades, visa a manutenção de saberes e fazeres ligados aos antepassados, enquanto a rememoração cíclica constante possibilita a participação de pessoas externas às comunidades em que ocorre. Sendo que assim “o turismo acaba encontrando na modalidade *religiosa* um elemento especialmente revelador: a multiplicação de paisagens e atrativos

turísticos continua tendo um forte componente simbólico, contido na palavra FÉ” (OLIVEIRA, 2004, p. 14).

É quando a fé revela-se por meio de festas que as manifestações ganham dimensões de atrativos turísticos, uma vez que há aquiescência de que “as festas religiosas na contemporaneidade tornam-se dinamizadoras de articulações das ordens social, simbólica e cultural e são capazes de promover profícuas relações sociais que se materializam no plano espacial” (SILVA e D'ABADIA, 2014, p. 198), ocupando não só os espaços institucionais das igrejas, mas tomando temporariamente ruas, casas e demais espaços, ora restritos a usos urbanos cotidianos e que têm suas paisagens transformadas para abrigar as festas.

As festas de padroeiros ainda contam com o apoio institucional do clero e da administração local, pois incluem também a comemoração do aniversário das cidades e, portanto, recebem planejamento, agenda e execução mais programados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das propostas da pesquisa maior, e também deste desdobramento, foi constituir — a partir de pesquisas bibliográficas e também de vivências de campo, das produções fotográficas e das diversas entrevistas realizadas durante as festas de padroeiros — um estudo que possibilitasse melhor compreensão a cerca da importância das festas de padroeiros para os municípios em questão e para aqueles que os habitam.

Os cenários em que ocorrem as festas de padroeiros constituem efêmeras paisagens que refletem aspectos da cultura da população que habita as centenárias localidades de Abadiânia (Posse), Corumbá de Goiás, Goiás, Jaraguá, Mossâmedes e Pirenópolis, que mesclam junto à arquitetura colonial sons, cores, cheiros e formas a homenagear os padroeiros e delimitando, mesmo que transitoriamente, os territórios festivos.

Os mencionados destinos são importantes indutores de turismo goiano e classificados, segundo a Goiás Turismo como constituidores da Região do Ouro, mas também estão presentes em segmentos diversos, dos quais destacamos o Turismo Religioso.

Dentre os atrativos mais mencionados enquanto Turismo Religioso estão as festas do catolicismo, que alteram, em cada município, a seu modo, a dinâmica cotidiana; preparando ruas e demais espaços para abrigarem a comunidade local e os turistas durante as comemorações. Mas também são atrativos durante todo o ano, em especial por causa das antigas igrejas que expõem as imagens dos padroeiros: Santana, São José, Nossa Senhora da Abadia, da Penha e do Rosário que constituem parte do acervo da santaria colonial, estendendo-se ainda a diversos outros fatores devocionais.

As reflexões pautadas nas “Configurações dos Cenários do Turismo Religioso em Goiás”, tem as festas dos padroeiros de seis dos municípios que constituem a Região do Ouro, como manifestações investigadas.

Tal delimitação proporcionou a ampliação dos conhecimentos entre as práticas festivas e as políticas públicas adotadas pelo poder público goiano.

Enfim, a tentativa de entendimento da grande devoção de que são imbuídos os goianos, que praticam religiosidades, acaba por atrair não só outros goianos para as manifestações festivas devocionais, mas diversas pessoas que se deslocam a Goiás para vivenciar experiências populares tão intensas e carregadas de sentimentos.

REFERÊNCIAS

ABUMANSSUR, E. S. (2003). Religião e turismo: notas sobre as deambulações religiosas. In: ABUMANSSUR, E. S. (Org.). *Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo* (Col. Turismo, pp. 53-68). Campinas/SP: Papirus.

ALMEIDA, M. G. de. (2012). Sentidos das festas no território patrimonial e turístico. In: COSTA, E. B. da, BRUSADIN, L. B. & PIRES, M. do C. (Orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. (pp. 157-171). São Paulo: Outras Expressões.

AOUN, S. (2005). Turismo e Religião. In: TRIGO, L. G. (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro* (pp. 313-323). São Paulo: Roca.

BARRETO, M. (2007). *Cultura e Turismo: discussões contemporâneas*. (Col. Turismo). Campinas/SP: Papirus.

BRANDÃO, C. R. (1978). *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: FUNARTE.

BRITTO, C. C. (Org.) (2008). *Luzes & trevas: estudos sobre a Procissão do Fogaréu da cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Corifeu.

CASTRO, J. L. de. (2006). *A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726 a 1824)*. Goiânia: Ed. UCG.

D'ABADIA, M. I. V. (2014). *Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO*. Jundiaí/SP: Paco Editorial.

DARDEL, E. (2011). *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. Trad. Werthel Holzer. São Paulo: Perspectiva.

DIAS, R. (2003). O Turismo Religioso como segmento do mercado turístico. In: DIAS, R., & SILVEIRA, E. J. S. da (Orgs.). *Turismo Religioso: ensaios e reflexões* (pp. 7-38). Campinas/SP: Alínea.

GOIÁS TURISMO. Agência Estadual de Turismo. Goiânia. Folders e cartilhas diversas (material de divulgação).

_____. (2012). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo do Ouro*. Goiás Turismo: Goiânia.

HAESBAERT, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. In: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso: 10/05/2016.

<http://www.goiasturismo.go.gov.br/goias-turismo/mapa-turistico-de-goias/> Acesso 01/05/2016

<http://www.jaragua.com.br/turismo.php>

JURKEVICS, V. I. (2005). Festas religiosas: a materialidade da fé. In: *História: questões & debates*, Curitiba: Editora UFPR, (43), 73-86.

MAGALHÃES, C. P. de. (2004). *Cartas de Goiás: no princípio do século XX*. São Paulo: Editora de Letra em Letra.

MOLETTA, V. B. F. (2003). *Turismo Religioso*. Porto Alegre: Sebrae/RS.

OLIVEIRA, C. D. M. de. (2004). *Turismo Religioso (Col. ABC do Turismo)*. São Paulo: Aleph.

_____. (2005). Turismo religioso no Brasil: construindo um investimento sociocultural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro* (pp. 325-344). São Paulo: Roca.

OLIVEIRA, F. V. de. (2003). *Capacidade de carga nas cidades históricas (Col. Turismo)*. Campinas/SP: Papirus.

PALACÍN, L. (1994). *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas (4a ed)*. Goiânia: Ed. UCG.

PALACÍN, L., & MORAES, M. A. de S. (2008). *História de Goiás (1722-1972)(7a. ed.)*. Goiânia: Ed. UCG/Vieira.

PINTO, E. C. (s/d). *Turismo religioso no Brasil*. Acessado em 21 de setembro de 2017, disponível em: <http://www.tudoeturismo.com.br/downloadas/estudo-turismo-religioso.pdf>

POLONIAL, J. M. (2013). *Terra do Anhanguera: História de Goiás* (5a ed.) Goiânia: Kelps.

ROSENDAHL, Z. (2012a). *Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

_____. O sagrado e sua dimensão espacial. (2012b). In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., & CORRÊA, R. L. *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço* (pp. 73-99). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SAINT-HILAIRE, A. de. (1975). *Viagem à Província de Goiás* (R. R. Junqueira, Trad.). Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP.

SEBRAE. Ferramenta: Análise SWOT (Clássico). Acessado em 10 de setembro de 2017, disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF

SILVA, M. A. V. & D'ABADIA, M. I. V. (2014). A Geografia e o Sagrado: Festa de Nossa Senhora do rosário em Goiás. In: *Ateliê Geográfico*. Goiânia: UFG, 8 (3), 198-214.

SILVEIRA, E. J. S. da. (2007). Turismo religioso no Brasil: uma perspectiva local e global. In: *Turismo em análise*. 18, (1), 33-51.

TINHORÃO, J. R. (2000). *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34.